

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Rosa Fátima de Souza Chaloba

E-mail: rosa.souza@unesp.br

Instituição: Universidade Estadual Paulista, Brasil

Submetido: 13/01/2021

Aprovado: 01/05/2021

Publicado: 12/08/2022

doi: 10.20396/rho.v22i00.8663949

e-Location: e022023

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

CHALoba, R. F. de S.; SILVA, T. dos S. da. Um Clube Agrícola no Grupo Escolar Rural: práticas de “formação da mentalidade ruralista” na escola primária (São Paulo, 1953 – 1969). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-24, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8663949.

Disponível em: <https://bityli.com/mMoeEKC>. Acesso em: 12 ago. 2022.

Disponível em:

<https://bityli.com/mMoeEKC>.

Acesso em: 12 ago. 2022.



Distribuído Sobre





Checagem Antiplágio



UM CLUBE AGRÍCOLA NO GRUPO ESCOLAR RURAL: PRÁTICAS DE “FORMAÇÃO DA MENTALIDADE RURALISTA” NA ESCOLA PRIMÁRIA (SÃO PAULO, 1953 – 1969) ¹

  **Rosa Fátima de Souza Chaloba***
Universidade Estadual Paulista

  **Tarcísio dos Santos da Silva****
Universidade Estadual Paulista

RESUMO

O objetivo deste texto é reconstituir aspectos da história dos Clubes Agrícolas no estado de São Paulo por meio do estudo da trajetória do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti” que funcionou no Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, Araraquara – SP, no período de 1953 a 1969, problematizando as finalidades, as normatizações, os agentes responsáveis pela sua implementação e as práticas agrícolas e educativas desenvolvidas nessa associação. O estudo fundamenta-se em um conjunto diverso de fontes envolvendo a legislação do estado de São Paulo e documentos sobre o clube agrícola encontrados no arquivo permanente da EMEF Hermínio Pagotto, como atas de reuniões do clube, registro de sócios, relação de doações, correspondências, relação de materiais e relatórios. O texto destaca a presença marcante do Ministério da Agricultura na normatização dos Clubes Agrícolas e as práticas de educação rural neles desenvolvidas com vistas à formação de valores ruralistas.

PALAVRAS-CHAVE: Clube Agrícola. Grupo Escolar Rural. Atividades auxiliares da escola.

AN AGRICULTURAL CLUB AT A RURAL SCHOOL: PRACTICES OF “FORMATION OF RURALIST MENTALITY” AT PRIMARY SCHOOLS (SÃO PAULO, 1953 - 1969)

Abstract

The purpose of this text is to reconstruct aspects of the history of Agricultural Clubs in the state of São Paulo by studying the trajectory of the Agricultural Club “Comendador Hélio Morganti” that worked in the Rural School “Comendador Pedro Morganti”, Araraquara - SP, in the period from 1953 to 1969, problematizing the purposes, the norms, the agents responsible for its implementation and the agricultural and educational practices developed in this association. The study is based on a diverse set of sources involving the legislation of the state of São Paulo and documents on the Agricultural Club found in the permanent archive of the Hermínio Pagotto Elementary School, such as minutes of club meetings, registration of members, list of donations, correspondence, list of materials and reports. The text highlights the remarkable presence of the Ministry of Agriculture in the regulation of Agricultural Clubs and the practices of rural education developed in them that contributed to the formation of rural values.

Keywords: Agricultural Club. Rural school. Auxiliary activities at the school.

UN CLUB AGRÍCOLA EN EL GRUPO ESCOLAR RURAL: PRÁCTICAS DE “FORMACIÓN DE LA MENTALIDAD RURALISTA” EN LA ESCUELA PRIMARIA (SÃO PAULO, 1953-1969)

Resumen

El objetivo de este texto es la reconstrucción de aspectos de la historia de los Clubes Agrícolas en el Estado de São Paulo, Brasil, a través del estudio de la trayectoria del Club Agrícola “Comendador Hélio Morganti”, que funcionó en el Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, Araraquara, SP, Brasil, en el período de 1953 a 1969, problematizando las finalidades, las normativas y los agentes responsables por su implementación y las prácticas agrícolas y educativas desarrolladas en esta asociación. Este estudio se fundamenta en un conjunto diverso de fuentes, incluyendo la legislación del estado de São Paulo y documentos sobre el Club Agrícola encontrados en el archivo permanente de la Escuela Municipal de Enseñanza Fundamental (EMEF) Hermínio Pagotto como, por ejemplo, actas de las reuniones del club, registros de socios, historial de donaciones, intercambio de cartas, reportes sobre materiales e informes. El texto destaca la presencia notable del Ministerio de Agricultura en la normalización de los Clubes Agrícolas y las prácticas de educación rural, desarrolladas visando la formación de valores ruralistas.

Palabras clave: Club Agrícola. Grupo escolar rural. Actividades auxiliares de la escuela.

INTRODUÇÃO

Agrupando a infância e a juventude em núcleos associativos, essas entidades dão aos seus jovens integrantes as primeiras noções da vida coletiva, com seus deveres e responsabilidades, e, ao mesmo tempo, cumprindo as finalidades do seu programa, despertam o interesse pelos trabalhos lucrativos, inspirando entusiasmo pelas atividades do campo, e, por conseguinte, amoldando tendências que, antes por falta de orientação, se inclinavam para o meio e para as atrações das cidades, em torno de outras profissões julgadas ilusoriamente mais elevadas. (LIMA; BUHR; LAVOR, 1958, p. 4).

A epígrafe que abre este texto explicita o amplo ideal de formação preconizado para os Clubes Agrícolas no Brasil, em meados do século XX. Trata-se de um excerto da introdução do folheto n° 1 da série Clubes Agrícolas, publicado pelo Serviço de Informação Agrícola (S.I.A.) do Ministério da Agricultura, cuja primeira edição é de 1949, que denota tanto o entusiasmo pela agremiação quanto as representações valorativas da mentalidade ruralista e de fixação do homem no campo.

A reconstituição histórica dos Clubes Agrícolas é relevante para a historiografia da educação brasileira, pois, trata-se de interrogar o projeto de educação rural e de formação dos trabalhadores do campo implementado pelos poderes públicos em meados do século XX examinando iniciativas de adoção do cooperativismo, clubismo e atividades auxiliares nas escolas primárias. Nesse sentido, este estudo busca contribuir com o avanço do conhecimento sobre o tema problematizando as práticas desenvolvidas em uma agremiação específica do estado de São Paulo, a saber: o Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti” que funcionou no Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, no município de Araraquara, no período de 1953 a 1969. O texto analisa as finalidades, as normatizações, os agentes responsáveis pela organização desse clube e as práticas agrícolas e educativas nele desenvolvidas.

O estudo fundamentou-se na Nova História Cultural que parte do pressuposto segundo o qual a realidade é construída culturalmente e as representações do mundo social é que são constitutivas da realidade social. Sobre a redefinição da história cultural, Silva (2000) explica que as obras de Roger Chartier abriram novas perspectivas para a prática histórica ao abandonar o projeto de história total e a primazia atribuída às divisões sociais consideradas aptas à apreensão das diferenciações culturais. No lugar, ganhou centralidade o interesse pelo particular, a busca de regularidades ou de variantes e a construção de sentidos. Articulando a análise com base na crítica dos textos, na história do livro e na análise da prática, Chartier inscreveu sua obra na intersecção entre uma história das práticas e uma história das representações. (CHARTIER, 1985). Desse modo, esse autor pôs em evidência a luta de representações impostas por aqueles que detêm o poder de classificar e de denominar e aquelas construídas pelos próprios sujeitos ou comunidades. Nessa perspectiva, lidamos, também, com o conceito de cultura escolar, tal como concebida por Viñao Frago,

isto é, “[...] um conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, pautas, rituais, inércias, hábitos e práticas (formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos) sedimentadas ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras do jogo [...]” (VIÑAO, 2002, p. 73-74).

Para a realização desta investigação foram utilizadas várias fontes compreendendo a legislação do estado de São Paulo e a documentação do arquivo permanente do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, que se encontra sob a guarda da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Hermínio Pagotto”, localizada no Assentamento Bela Vista-Araraquara – SP.

Inicialmente, o texto trás uma breve contextualização da criação dos Clubes Agrícolas Escolares no Brasil e no Estado de São Paulo. Na sequência discorre sobre a normatização para os Clubes Agrícolas no período entre as décadas de 1930 e 1970 e, por último, analisa a organização, o funcionamento e as práticas educativas do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”.

CRIAÇÃO E DIFUSÃO DOS CLUBES AGRÍCOLAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Como afirmam Basso (2018) e Nicolau (2016), a criação dos Clubes Agrícolas no Brasil ocorreu inicialmente no estado de São Paulo decorrente das iniciativas do professor Thales de Andrade com a criação do Clube do Milho e da horta escolar na década de 1920, na cidade de Piracicaba. No entanto, a difusão dessas agremiações no estado ocorreu efetivamente na década de 1930 impulsionada pelo movimento pela ruralização do ensino e várias iniciativas correlacionadas levadas a termo em âmbito estadual e nacional. Sud Mennucci, grande expoente das ideias ruralistas no estado de São Paulo, quando ocupou pela segunda vez o cargo de Diretor do Ensino, em 1933, estabeleceu um decreto autorizando a instalação de uma Escola Normal Rural em Piracicaba e tornando obrigatória a criação dos Clubes Agrícolas Escolares nos moldes da experiência desenvolvida por Thales de Andrade nos anos 20, tendo como finalidade despertar nas crianças o gosto e a valorização da vida no campo:

Art. 15º- Fica oficializado em todos os grupos escolares do Estado o "Clube Agrícola Escolar", nos moldes da instituição existente, em Piracicaba, em 1925, com a denominação de "Clube do Milho".

§ 1.º - O "Clube Agrícola Escolar" destina-se a despertar, em todos os aglomerados urbanos, nas crianças, o gosto e o respeito pelas fainas agrícolas e a compreender os esforços realizados pelos nossos cultivadores e agricultores, no amanho da terra e sua colaboração na riqueza do país. (SÃO PAULO, 1933).

Basso (2018) afirma que o primeiro Clube Agrícola criado no estado de São Paulo na década de 1930 foi fundado por Elyseo Castanho de Andrade (filho de Thales de Andrade e técnico em agricultura pela Escola Agrícola de Piracicaba) no curso primário anexo à

Escola Normal Caetano de Campos. Vale também ressaltar a experiência do Clube Agrícola do Grupo Escolar do Butantan organizado pela professora Noêmia Cruz. (ECAR, 2017). O entusiasmo por essas agremiações cresceu entre os educadores paulistas ao longo da década de 1930, principalmente, os adeptos da ruralização do ensino. Por exemplo, Renato Sêneca Fleury, na cartilha Educação Rural publicada em 1936, destacou os benefícios dos clubes agrícolas para a educação popular e suas finalidades morais, cívicas e de preparação do trabalhador rural:

1ª- Os Clubes Agrícolas Escolares são instrumentos inestimáveis para educação do povo brasileiro, que deve ser preponderantemente ruralista; (...) 4ª – Os Clubes Agrícolas Escolares concorrem para educação intelectual, física, moral e cívico dos alunos. 5ª- Os Clubes Agrícolas Escolares devem tornar-se um auxiliar poderoso no desenvolvimento do programma oficial de Hygiene e na aquisição de hábitos para formação da consciência sanitária dos alunos [...]. (FLEURY, 1936, p. 107).

Além do movimento pela ruralização do ensino, também concorreu para a difusão dos clubes agrícolas no estado de São Paulo as políticas de renovação pedagógica com base na Escola Nova estabelecidas pelos governos do estado na década de 1930. Conforme destaca Souza (2009), juntamente com a Escola Ativa, a globalização do ensino, os centros de interesse, excursões, biblioteca infantil, museus, cinema escolar, salas ambientes e instituições auxiliares da escola, a prática do trabalho agrícola integrava as ações de renovação do ensino primário. De acordo com a autora, no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1936-1937, Almeida Junior ressaltou a experiência bem sucedida do cultivo de hortas e jardins em várias escolas públicas, além das atividades agrícolas desenvolvidas nos grupos escolares rurais e na granja escolar, particularmente nos municípios de Batatais e Ribeirão Preto. Na análise dos relatórios dos delegados de ensino, referentes ao período de 1933 a 1945, Souza (2009) encontrou informações esparsas sobre o funcionamento de clubes agrícolas em alguns estabelecimentos de ensino, criados como instituições auxiliares. Por exemplo, em 1934, o delegado de ensino de Guaratinguetá relatou que o Grupo Escolar de Aparecida havia realizado uma “Exposição do Clube Agrícola Escolar” conferindo certificados e prêmios aos alunos pelos produtos expostos.

No relatório da delegacia do ensino de Itapetininga de 1936, o delegado Fernando Rios informou a existência de clubes agrícolas no grupo escolar “Acácio Piedade”, de Faxina, “Major Fonseca”, de Itapetininga e no de Buri. A propósito, o delegado registrou o comentário feito pelo diretor do grupo escolar de Faxina:

Com muito entusiasmo as crianças das classes mais adiantadas cuidam dos respectivos canteiros, ao lado do prédio do grupo. Além da horta que todos os associados possuem em suas casas, em dias determinados da semana, tratam da horta escolar. No corrente ano a Prefeitura Municipal nos forneceu 12 carroças de adubo. Tivemos oportunidade de demonstrar ‘*in loco*’ as vantagens do terreno bem adubado. Colheram repolho, rabanetes, cenouras, quiabos, ervilhas tomates, alface, chicória, almeirão e cebolas,

que as próprias crianças venderam e cuja renda, em parte, reverteu em benefício da Caixa Escolar. (RIOS, 1936, p. 35).

Com base nos estudos já realizados, pode-se dizer que as iniciativas de criação de Clubes Agrícolas no estado de São Paulo na década de 1930 até meados da década de 1940 estiveram atreladas às políticas educacionais e sob a orientação e supervisão dos órgãos da administração da educação. Contudo, essa situação se alterou no final da década de 1940 quando tornou-se mais incisiva a intervenção do Ministério da Agricultura (MA) na regulamentação dessas associações em todo o país.

A esse respeito, Barbosa (2017) e Nicolau (2016) põem em relevo o papel desempenhado pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT) na promoção e apoio à criação dos clubes agrícolas no país na década de 1930. As autoras advertem, no entanto, que no final dessa década a campanha em torno dos clubes enfraqueceu cabendo a retomada do projeto na década seguinte pelo MA. A esse respeito, Mendonça (2006) atribui à Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), constituída por acordo firmado entre o governo brasileiro e o dos Estados Unidos, a responsabilidade pela divulgação e promoção dos Clubes agrícolas no Brasil aprofundando as disputas entre o Ministério da Agricultura e o da Educação e Saúde.²

Uma das inovações promovidas pela CBAR foi definir como tarefa do MA obrigatoriedade de fundar Clubes Agrícolas junto às escolas primárias existentes do meio rural, devendo prestar-lhes o máximo de assistência, considerando que os primeiros Clubes, criados em 1940, foram de âmbito restrito e seletivo. (MENDONÇA, 2006, p. 101).

A partir dessa atuação da CBAR, os Clubes Agrícolas foram institucionalizados no âmbito do Ministério da Agricultura através do Serviço de Informação Agrícola, pela exigência de registro nesse órgão para recebimento de orientações, equipamentos e recursos. De acordo com a autora, em 1940, havia um pequeno número de clubes no país; já em 1947, eles somavam 1.450 agremiações registradas no MA e esse número continuou crescendo nos anos seguintes. “Em fins da década de 1950, os Clubes Agrícolas funcionavam a pleno vapor, supostamente, contribuindo ‘para o ajustamento da escola primária rural ao meio a que pertence’ e totalizando 2.183, em 1958.” (MENDONÇA, 2006, p. 103).

Em meados da década de 1950, intensificaram-se no país novas modalidades de cooperação e educação no campo fundamentado na extensão agrícola. Data desse período a Campanha Nacional de Educação Rural (1953), as Missões Rurais e o aparecimento de novas agências como o Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura (1955), o Serviço de Extensão Rural e a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), cujas ações tiveram implicações diretas na concepção dos Clubes Agrícolas reorientando a ênfase anteriormente dada à vinculação deles às escolas primárias para a constituição de agremiações juvenis nas comunidades rurais, independentes do domínio escolar e reunindo crianças e jovens de ambos os sexos, na faixa etária entre 8 e 18 anos. (PEIXOTO, 2008).

Outra modalidade de coletividade agrícola também se difundiu no país no final da década de 1950 por influência dos Clubes H-4 estadunidenses.³ No Brasil, como observou Nicolau (2016), eles foram denominados Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde e Servir) e não estiveram vinculados às instituições educacionais, mas sim à Extensão Rural apoiados por grandes empresas nacionais e internacionais. Os Clubes Agrícolas continuaram funcionando na década de 1960, mas aos poucos essa experiência foi declinando em função das reformas educacionais, o arrefecimento do movimento pela ruralização do ensino e os novos projetos e políticas para o meio rural tendo em vista a modernização da agricultura no país.

NORMATIZAÇÕES DOS CLUBES AGRÍCOLAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Um dos objetivos deste estudo consistiu em reunir e analisar as normatizações para a criação e funcionamento dos Clubes Agrícolas no estado de São Paulo. Nessa direção, a legislação encontrada na Coleção de Leis e Decretos do Estado de São e no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) mostram como em âmbito estadual se concretizou o que Sônia Regina de Mendonça (2006) analisou como disputas entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação e Saúde em relação ao ensino agrícola e à educação rural.

No que diz respeito à Educação, o decreto instituído por Sud Mennucci de organização do ensino rural, mencionado anteriormente (Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933), foi o único a tratar dos Clubes Agrícolas a serem criados em instituições escolares. Além de oficializar a criação dos clubes escolares do estado, esse decreto incumbia a orientação e fiscalização dos clubes a um inspetor com formação normalista e com experiência no magistério primário. As demais legislações encontradas são do Ministério ou da Secretaria da Agricultura.

Em 1946, o decreto-lei de nº 16.088, de 14 de Setembro, aprovou o Acordo Sobre Educação Rural firmado entre a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das populações rurais (C.B.A. R) e a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

No ano de 1947, no governo de Adhemar de Barros, foi aprovada a Consolidação das Leis do Ensino do Estado de São Paulo. (Decreto nº 17.698, de 26/11/1947). Embora essa legislação não tenha tratado especificamente dos Clubes Agrícolas, ela reafirmou princípios da ruralização do ensino ao instituir a educação rural como modalidade distinta da educação primária estabelecendo que essa seria ministrada nas Escolas Típicas Rurais; nos Grupos Escolares Rurais; nos cursos de agricultura das escolas normais; nos cursos especiais intensivos, destinados aos professores. (SOUZA; MORAES, 2015).⁴

Na documentação do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti” foi possível identificar documentos relacionados ao Departamento de Produção Vegetal vinculado a

Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura de São Paulo⁵. As duas fontes com a identificação N° CC 44 e o outro com P.D.V. N° 7.659 mostram que esse órgão também foi um dos normatizadores dos Clubes Agrícolas no Estado de São Paulo tendo como competência:

Art. 43- À Secção de Clubes Agrícolas e de Economia Doméstica, compete: A- Organizar e orientar do funcionamento dos clubes agrícolas; B- Despertar e incentivar entre a juventude o interesse pelas práticas agrícolas; pequenas criações e industriais caseiras; C- Propagar o espírito de cooperação e o desenvolvimento de hábitos de economia doméstica no seio da população rural; D- Prestar assistência técnica às pequenas indústrias rurais; E- Divulgar a prática dos processos racionais para a transformação dos produtos agrícolas e aproveitamento dos produtos; F- Colaborar na organização oficial ou em cooperação com entidades públicas e particulares de concursos, certames e exposições, com a finalidade de divulgar práticas e conhecimento uteis aos lavradores.(...). (SÃO PAULO, 1949, grifos do autor).

A nova orientação com ênfase na extensão rural foi estabelecida pelo governo federal em 1954 quando foi aprovado o Regimento do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, ressaltando a finalidade desse órgão de “[...] difundir as noções de extensão agrícola [...]” e “[...] despertar o interesse da juventude pelos problemas rurais mediante a criação de Clubes Agrícolas elaborando as instituições dos Clubes, fixando seus objetivos, as bases de sua organização, mantendo registros, e dados sôbre suas atividades e prestando-lhes assistência.” (BRASIL, 1954).

No estado de São Paulo, o Serviço de Assistência à Família Rural criado em 1955 (Decreto n° 24.883, de 22 de Agosto) foi regulamentado em 1958 inserindo os Clubes Agrícolas como atividade a ser contemplada nesse serviço:

Art. 2º- Ao Serviço de Assistência à Família Rural, incumbe: (...) G- Organizar a instalação de Clubes Agrícolas, com a finalidade de despertar e desenvolver no espírito das populações rurais, principalmente da juventude rural, a mentalidade agrária necessária à fixação do homem a terra; H- Desenvolver, no meio rural, a instalação de Clubes da Economia Doméstica, onde as populações rurais, principalmente a juventude feminina, possam adquirir conhecimentos necessários para elevação do nível de vida da família rural. (SÃO PAULO, 1958).

Para a promoção dos Clubes Agrícolas no estado de São Paulo foi firmado um convênio entre o Ministério da Agricultura e o governo do estado em 1958, regulamentado, posteriormente, em 1961, pela Lei n° 6.114, de 26 de junho. Essa legislação também instituiu a Federação dos Clubes Agrícolas do Estado de São Paulo⁸, entidade responsável pela promoção, formação e assistência às agremiações dessa natureza criadas nas comunidades rurais do estado:

Cláusula 1º - Fica instituída, com sede na Capital respectiva, a Federação dos Clubes Agrícolas do Estado de São Paulo (F.C.A.S.P.), já devidamente registrados ou que posteriormente o forem, no Serviço de Informação

Agrícola (S.I.A.), do Ministério da Agricultura, a qual se regerá pelos Estatutos anexos, devidamente rubricados pelos signatários deste convênio, e pelas disposições legais aplicáveis à espécie.(...) Cláusula 4º - O Ministério da Agricultura, através do Serviço de Informação Agrícola, ao qual ficará subordinada a Federação enquanto não for criada a Confederação Nacional dos Clubes Agrícolas, se obriga a atender, com auxílio técnico e material, dentro de suas possibilidades, às necessidades da Federação podendo indicar um ou mais servidores para cooperar na execução do presente convênio. (SÃO PAULO, 1961).⁶

O Estatuto disciplinando a nova organização dos Clubes Agrícolas definiu-os como “[...] instituições juvenis que concorrem para o erguimento das comunidades rurais.” (CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI, 1958a, p. 1). O que se buscava era moldar o trabalhador do campo ensinando-o novas técnicas de trabalho visando maior produtividade. Incidir a educação nos jovens era visto como vantajoso, pois, a juventude sendo mais “moldável”, aceitava melhor os novos conhecimentos. O Clube Agrícola foi concebido, portanto, como a instituição responsável pela “organização da juventude” fundamentado na educação integral e nos princípios de sociabilidade no meio rural.

Nessa perspectiva da Extensão Rural, caberia aos Clubes Agrícolas formarem líderes rurais formados em princípios de cooperativismo e associativismo rural, pois, dessa maneira se concretizaria o ideal de grande e bons líderes rurais “Organizando **hoje** a juventude rural, teremos **amanhã** agricultores esclarecidos e bem orientados e donas de casa de boa formação para o levantamento de nível do nosso meio rural.” (CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI, 1958a, p. 4).

Pelos documentos encontrados no Clube Agrícola investigado, na década de 1960, essas associações ligadas às escolas primárias estaduais continuaram funcionando como atividades auxiliares da escola, porém, acompanhadas e supervisionadas pela Federação dos Clubes Agrícolas do Estado de São Paulo (FCAESP), órgão vinculado ao Serviço Social Rural da Secretaria e Ministério da Agricultura.

O CLUBE AGRÍCOLA “COMENDADOR HÉLIO MORGANTI” E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS RURALISTAS

A expansão do ensino primário rural intensificou-se no estado de São Paulo entre as décadas de 1950 e 1970. A propósito, o estudo de Leite (2018) destaca a existência de 2.930 unidades escolares em 1934, número que se elevou significativamente nas décadas seguintes. Em 1950, encontravam-se em funcionamento no estado 6.242 unidades escolares rurais e em 1961, 10.592 unidades. No entanto, a maioria dessas escolas elementares eram do tipo escolas isoladas onde um professor ensinava crianças de diferentes níveis de adiantamento em uma mesma sala de aula. Alguns poucos grupos escolares foram instalados nas zonas rurais paulistas a partir da década de 1930, mas esse tipo de escola graduada compreendendo

várias salas de aula e vários professores ministrando o ensino para crianças classificadas em nível de adiantamento distribuídos em séries, predominou muito mais nas zonas urbanas do que nas rurais. (SOUZA, 2009). A esse respeito, o minucioso estudo de Moraes (2014) identificou a existência de apenas 82 Grupos Escolares Rurais criados no estado de São Paulo, entre 1933 e 1968.

O Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti” (GERCPM) onde funcionou o Clube Agrícola objeto deste estudo, foi, portanto, um dos poucos estabelecimentos de ensino desse tipo criados nas zonas rurais do interior paulista.⁷ A trajetória desse grupo escolar está diretamente vinculada ao apogeu e ao declínio do complexo agroindustrial constituído pela Usina Tamoio e seus desdobramentos envolvendo relações trabalhistas e lutas pela terra no estado de São Paulo. Importante empreendimento agroindustrial, a história dessa Usina remonta ao ano de 1917 quando o italiano Pedro Morganti adquiriu o Engenho Fortaleza e propriedades rurais a ele vinculadas. Nas décadas seguintes, a empresa foi ampliada incorporando antigas fazendas cafeeiras da região de Araraquara, levando a Usina a tornar-se a maior indústria sucro-alcooleira do Brasil e da América do Sul. (CAIRES, 2011). Em sua fase áurea, a Usina Tamoio contou com cerca de 3.000 empregados fixos e suas famílias atingindo um contingente de moradores em torno de 7.000 a 10.000 habitantes, envolvendo trabalhadores ligados à agricultura, à industrialização e ao setor de transportes. Essa diversidade de trabalhadores compreendia: “[...] colonos de cana, assalariados agrícolas, operários de fabricação e de manutenção, empregados da administração, escritórios, transporte, inclusive ferroviário.” (CAIRES, 2011, p. 105).

O aparelhamento da Usina incluía cerca de 1.500 casas que serviam de residência para os trabalhadores, distribuídas em colônias nas diversas seções da propriedade, além de extensa rede de equipamentos sociais, como: igreja, ambulatório médico e odontológico, farmácia, armazém, loja de tecidos e armarinhos, açougue, bares, oficinas mecânicas, campo de bocha e de futebol, biblioteca, sala de projeção de filmes e escolas, destacando-se a existência de escolas isoladas, cursos noturnos e de três grupos escolares (um na sede da Usina, um na Seção Bela Vista e outro na Seção Jacaré). (CAIRES, 2011).

O segundo grupo escolar da Usina Tamoio foi construído e instalado em 1942 na Seção Bela Vista recebendo a denominação de “Comendador Pedro Morganti” (Decreto-lei nº 12.821, de 28 de julho de 1942). Como mostra o estudo de Teixeira (2010), o ensino primário ministrado nesse estabelecimento de ensino seguia as orientações da Secretaria de Estado da Educação e o disposto no Programa do Ensino Rural. Além das matérias de formação geral como leitura, escrita e cálculo e noções de ciências físicas, naturais e sociais, a escola desenvolvia, também, práticas de educação rural e campanhas sanitárias e educativas.

Em relação à educação rural, destacam-se as práticas desenvolvidas em articulação com o Clube Agrícola, fundado nessa escola em 1953 passando a funcionar regularmente a partir de 13 de Março de 1954¹⁰ quando foi realizado a eleição da primeira diretoria que contou com a participação de toda comunidade escolar, seguindo os parâmetros

determinados pelo Ministério da Agricultura para fundação de uma associação dessa natureza.

A denominação dada ao clube de “Comendador Hélio Morganti” foi uma homenagem ao então diretor administrativo da Usina Tamoio, um dos filhos de Pedro Morganti que assumiu o controle da empresa açucareira depois da morte do pai, ocorrida em 1941. Na ata de fundação do clube, o diretor reafirmou a finalidade moral e educativa da associação, nos seguintes termos:

Aos 13 de Março de 1954, no galpão do Grupo Escolar Rural, reunidas todas as classes, foi aberta a sessão pelo nosso diretor professor Dalmo Homem de Melo Braga, que explicou os motivos da nossa reunião. Essa reunião conforme explicou era para eleição da diretoria do Clube Agrícola do nosso grupo. Terá ele a finalidade de inculcar na criança o amor á terra e o gosto pelos trabalhos agrícolas. (CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI, 1954b, p. 1).

Para compor a chapa da eleição desse clube nos anos posteriores, os alunos participantes deveriam apresentar um bom desempenho escolar, possuindo boas notas e demonstrando dedicação e apreço pelos estudos. Em seguida, eles deveriam escolher um professor orientador. Após composta a chapa, ela deveria ser apresentada ao diretor do Grupo Escolar a fim de conseguir o parecer da instituição.

Informações obtidas nas listas de presenças das eleições para a diretoria do clube agrícola indicam que essa agremiação funcionou de 1953 a 1969, com o seguinte número de sócios: 1954 o clube teve 73 alunos sócios; 1955 sócios 113; 1956 sócios 123; 1957 sócios 155; 1958 sócios 149; 1960 sócios 157; 1961 sócios 139; 1962 sócios 131; 1963 sócios 130; 1966 sócios 134; 1968 sócios 141 e 1969 sócios 116. (CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI, 1954a, 1955a, 1956a, 1957a, 1958b, 1960a, 1961b, 1962, 1963, 1966, 1968, 1969).

Com base na consulta dos termos de apuração da contagem dos votos pela mesa eleitoral, verificamos que depois de divulgado o resultado da eleição, era criado o termo de posse, por meio do qual o diretor estipulava que a diretoria eleita tinha um ano de mandato. O encerramento das eleições da diretoria do Clube Agrícola em apreço aconteciam junto a torneios de futebol, durante os quais eram oferecidos lanches para todos os participantes da eleição.

No seu primeiro ano de funcionamento, o Clube foi cadastrado no Serviço de Informação Agrícola atendendo os requisitos para recebimento de apoio técnico e financeiro do Ministério da Agricultura e iniciou as aulas práticas e teóricas de agricultura.

No entanto, a partir de 28 de março de 1955, entrou em vigor uma nova organização administrativa e de distribuição das atividades práticas. O diretor interino do Grupo Escolar Rural, Lucio Ferraz de Arruda, assumiu a função de superintendente do Clube Agrícola e, estabeleceu as seguintes orientações: a) Para todos os dias da semana seria reservado um

horário para o ensino agrícola rural compreendendo aulas práticas e teóricas; b) todas as atividades ministradas no clube deveriam ter autorização prévia do diretor do grupo escolar rural; b) as aulas de segunda, terças e quintas feiras deveriam ser baseadas no ensino agrícola, enquanto as dos sábados deveriam ensinar arte e culinária. Também consta na ata do Clube Agrícola de 1955 a seguinte deliberação:

Ficou estabelecido a (título precário) todos os dias ao menos que haja canto orfeônico, será dado das 12h as 13h uma aula teórica por um professor sobre assuntos rurais. As aulas serão dadas no galpão do grupo e deverá está todas as classes do período da manhã com os respectivos professores. Os assuntos dessas aulas serão escolhidos pelos senhores professores e lançados no semanário para conhecimento do senhor diretor. (CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI, 1955b, p. 4).

Nota-se, dessa maneira, as tentativas do diretor de estabelecer normas de manutenção e controle das atividades agrícolas desenvolvidas na escola. No entanto, as contínuas alterações de horários indicam, também, dificuldades de combinação das atividades agrícolas com as demais matérias do programa do ensino primário.

Na ata do Clube Agrícola de 1956, consta a solicitação do diretor do Grupo Escolar Rural para que os professores iniciassem os trabalhos de horta, cabendo seis canteiros para cada classe e que fizessem uma plantação de feijão no meio da roça de milho. Foi feita uma nova distribuição dos horários para as aulas teóricas e práticas de agricultura entre os professores. Ficou estabelecido o horário das 12 às 13 horas para preleções as segundas, terças e quintas-feiras e que as aulas teóricas fossem dadas nos dias em que os professores não fossem à roça ou à horta, no horário das 7 às 8 horas. Os alunos oriundos do 1^a ano não deveriam participar ativamente como alunos sócios do clube agrícola, mas deveriam aprender “Conteúdos de Higiene Rural” de acordo com o Ato n° 16, de 23 de Fevereiro de 1949 que estabeleceu o Programa do Ensino Rural. (CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI, 1956b, p. 10). De acordo com Moraes (2019), esse Ato configurou-se como a essência da ruralização do ensino no estado de São Paulo.

Materialização dos ideias ruralistas, os clubes recebiam atenção tanto dos órgãos da Secretaria da Educação quanto da Secretaria da Agricultura. Na esfera da educação, cabia aos inspetores escolares orientarem os trabalhos. Isso pode ser visto nas inúmeras visitas dos inspetores Lupércio Camargo, Henrique Scabello e Cyrio Romis feitas ao Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”. Nessas visitas eram realizadas vistorias na horta, na roça e no pomar.

Em relação às práticas educativas desenvolvidas no Clube Agrícola, encontramos indícios de diversas atividades realizadas pelos alunos sócios. De acordo com os relatórios enviados à Delegacia de Ensino de Araraquara pelo diretor do GERCPM, referentes aos anos de 1957 e 1958⁸, nas aulas de Canto Orfeônico, os alunos vinham ensaiando o “Hino dos Clubes Agrícolas”. Além disso, na associação foi implementado o projeto denominado de “Ruralizações Concretas” para benefício da escola e do ensino. Nesse mesmo ano, a diretoria

do Clube Agrícola conseguiu na Casa da Lavoura 85 mudas de limão, de laranjas e essências florestais para serem distribuídas aos alunos sócios, para serem plantadas em suas respectivas casas.

Nos relatórios de 1959 constam como atividades agrícolas realizadas na escola: trato de culturas, transplante, semeadura de verduras e horta, plantação de cana de açúcar, preparação de canteiros, criação de coelhos de raças e ainda o projeto Ruralizações Concretas.⁹ Consta ainda, que registros de atividades realizadas no clube agrícola foram levados pelo inspetor de ensino típico rural, Lupércio Camargo, para expor na Amostra Técnica do Ensino Rural que aconteceria em São Paulo.

Aspectos do funcionamento do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti” puderam ser observados também nos registros do Livro Caixa dessa instituição. Nesse livro encontram-se dados sobre a compra de materiais e movimentação do caixa com recebimentos de recursos decorrentes da venda de produtos agrícolas e respectivas despesas.¹⁰ Mês a mês eram anotados saldo do mês anterior e a arrecadação dos sócios considerando o respectivo ano/série do curso primário. Dessa maneira, eram somados os valores relacionados à arrecadação e às despesas para computar o saldo do mês. No quadro abaixo registramos os valores arrecadados no período de 1955 a 1961.

Quadro 1 - Arrecadação do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”

Período	Valores arrecadados
1955	CR\$ 2.097.20
1956	CR\$ 2.088.00
1957	CR\$ 3.384.50
1958	CR\$ 2.093.50
1959	CR\$1.215.50
1960 e 1961	CR\$ 793

Fonte: Autoria própria elaborado a partir de Clube Agrícola Comendador Hélio Morganti (1955c, 1956c, 1957b, 1958c, 1959b, 1960b, 1961c).

O Clube funcionava com o trabalho dos alunos e dos professores na roça, pomar e hortas, dedicando-se ao plantio, roçado e colheita de produtos que eram posteriormente vendidos e os recursos arrecadados revertidos para as atividades de educação agrícola.

Nessa direção, dentre as fontes consultadas nesta pesquisa, vale mencionar o conjunto de recibos de compra de materiais e equipamentos realizados com os recursos do Clube Agrícola. Em todos eles, encontra-se registrado a data da compra, o valor do produto e a assinatura do diretor. O exame desses recibos permite identificar vários materiais comprados para as atividades agrícolas como regadores, sementes de alface, almeirão, rúcula, cenoura, pimentão, rabanete, chicória, beterraba, girassol e alho, concerto de máquinas e ferramentas agrícolas; balaios de sementes; torneiras para o jardim; compras de

leitoas e, também, a utilização dos recursos para outras atividades da escola, por exemplo, para o pagamento da gráfica para impressão do jornal O Ruralista, pagamentos de outros serviços para o Grupo Escolar Rural, compra de pinceis; borrachas; cartolinas; concerto de cadeiras; vidro; tintas; folha de papel; caixa de giz, filtros, prego; canetas, lâmpadas; vassouras; material de higiene, entre outros. Não obstante, a manutenção do clube era cara e os recursos arrecadados na venda de produtos insuficientes.

A partir de 1959, o Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti” passou a receber assistência da Secretaria de Agricultura por meio da Federação dos Clubes Agrícolas do Estado de São Paulo (FCAESP). Em circular enviada ao diretor da escola (Circular 07/59), o diretor executivo da Federação comunicava que havia sido ratificada a cooperação oficial entre esse órgão e o Ministério da Agricultura “[...] para o desenvolvimento da juventude rural, através dos Clubes Agrícolas.” (CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI, 1959a, p. 1)

Ao iniciarmos as atividades desta Federação, em Janeiro do corrente ano, estávamos cientes de que não servia apenas o nosso ideal o suficiente para atingirmos os objetivos desejados. Eram necessários, sobretudo, meios que pudéssemos das aos senhores orientadores do Clube Agrícola a cobertura eficiente para realização dos planos e a concretização do ideal comum, que há anos, vimos por ele lutando. Decorridos vários meses de assíduo trabalho, podemos dizer, com satisfação, aos senhores orientadores, que a Federação dos Clubes Agrícolas do Estado de São Paulo já dispõe, agora, dos recursos necessários para atender, dentro de um critério justo, aos interesses dos Clubes Agrícolas paulistas. [...]. Foi uma vitória para todos nós e acreditamos que, no próximo ano, os Clubes Agrícolas do Estado de São Paulo poderão desenvolver suas atividades em condições mais favoráveis, num plano de ação melhor assistido técnica e materialmente. (CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI, 1959a, p. 1).

Para desenvolver os trabalhos, a Federação solicitava o preenchimento, com máxima urgência, de um questionário antropológico para que eles pudessem estudar a situação de cada Clube Agrícola e as condições de registro deles na Federação.

O questionário solicitava várias informações sobre identificação da escola e do Clube e das atividades desenvolvidas em relação aos seguintes itens: saúde; religião, economia doméstica e pequenas indústrias rurais; agricultura, liderança rural, recreação, instalações e material. No final uma observação pedindo para responder de maneira minuciosa o questionário para que a Federação pudesse atender aos interesses do Clube.

No preenchimento do questionário, o diretor interino João Levy Junior, informou que o Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti” contava com assistência médica e odontológica oferecida pelo estado. O principal problema sanitário enfrentado pela escola dizia respeito à higiene do corpo (piolho) e verminoses. Nesse sentido, afirmava a necessidade de “[...] combate as verminoses por intermédio de um serviço médico adequado.” (CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI, 1960e, p. 2). A

escola oferecia aos alunos assistência religiosa ministrada pelos professores e, em dezembro do ano corrente, os alunos faziam a Primeira Comunhão. Informava, ainda, o diretor, que as atividades de economia doméstica eram ministradas pelas professoras, uma vez por semana, no horário das 12 às 13 horas, por meio de receitas de bolos e doces. A escola oferecia também, a Sopa Escolar (sopa de macarrão, legumes, arroz, batatas, etc) e servia leite como merenda.

Para a agricultura, o clube contava com meio alqueire de área disponível. Possuía horta com 1.426 metros quadrados cultivados com alface, rabanete, cenoura, almeirão, chicória, espinafre, rúcula, legumes condimentos, etc. Possuía, também, criações de coelhos (9 unidades da raça Chinchila), 3 porcos da raça Caruncho para reprodução e abelhas. O pomar ocupava uma área de 2.935 metros quadrados e nele havia laranjas, limão, mamão, mexericas, uvas, romãs, etc. O Clube Agrícola praticava outras culturas como cana de açúcar, mandioca, batata doce, milho, etc. (a área cultivada total era de 3.360 metros quadrados).

A liderança rural era exercida pelo orientador do Clube Agrícola e pelo diretor do grupo. Em relação às atividades de recreação, a escola desenvolvia jogos e ginástica dirigidos pelos professores. Em relação às instalações, o grupo possuía 4 salas, um gabinete dentário, um galpão coberto de 160m², refeitório, cozinha, luz elétrica. A escola realizava campanhas educativas referentes à saúde e nutrição e festas, comemorações e exposições. (CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI, 1960e, p. 4).

No início de 1960, o diretor do grupo escolar, Amadeu Consentino Sobrinho, enviou ofício à F.C.A.E.S. P. solicitando o registro da associação.

Senhor Dirigente. Tenho a honra de vir solicitar de V.S o favor de registrar nessa entidade, o Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”, associação dos alunos do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, situado na seção Bela Vista, Usina Tamoio, município de Araraquara. Apresento aqui um pequeno histórico das atividades e, caso haja necessidades de algum documento, logo que solicitado, remeterei com presteza possível. O Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti” funciona regularmente desde 22/3/1954, quando foi organizado e eleita a primeira diretoria. A eleição é feita anualmente constituindo a diretoria dos seguintes elementos: presidente, tesoureiro e secretario escolhido entre os alunos e, um orientador, escolhido entre os professores do estabelecimento. A escrituração possui: livro ata de reunião, livro registro de sócios e livro caixa. Se bem que pequeno, possui uma arrecadação proveniente de venda de verduras colhidas nos canteiros pelos associados. Todos os alunos dos 2^a, 3^a e 4^a anos são sócios e trabalham em equipe sob a orientação de um líder e supervisão do prof orientador e do diretor. O movimento de 1959 foi o seguinte: arrecadação (CR\$3.986,00) saldo anterior (CR\$ 2.093,50), e despesas com sementes (CR\$ 24,00) e (CR\$ 4.840,00) com aquisição de livros de história para biblioteca Infantil do grupo escolar, saldo que passa para 1960 é de (CR\$ 1.215, 50). Desejamos também que me mandassem Estatuto e orientações para melhor organizar esta pequena instituição. Reitero a V.S. os protestos da alta estima as distintas considerações

apresentando meus agradecimentos. (CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI, 1960c, p. 1).

Em 8 de junho desse ano, o diretor solicitou à Federação materiais para o Clube Agrícola:

Como é de conhecimento de V.S todos os estabelecimentos congêneres lutam com dificuldade monetária, e é este, portanto, o motivo que me leva a solicitar de V.S. a cooperação para este Clube Agrícola. Relação de materiais que desejamos é a seguinte: 1-Carrinho de mão, 30-Enxadas, 5-Enxadões, 1-Cavadeira com cabo, 5- Rastelos grandes, 3-Pás com cabo, 10-Sachos, 6-Colheres de transplante, 6-Regadores, 20 metros de borracha, 1-Martelo, 1-Arco de pau com 6 pontas, 1-Tesoura de poda grande, 1-Pulverizador de pó, 1-Alicate e sementes em geral. (CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI, 1960d, p. 1).

Em ofício datado de 11 de abril de 1961, a Federação enviou correspondência ao dirigente do Clube Agrícola para comunicar o envio de sementes hortícolas destinadas à campanha das hortas domiciliares e horta coletiva que havia sido proposta por essa associação.

Considerando o conjunto dos documentos mobilizados para este estudo, podemos inferir que as atividades do Clube Agrícola encerraram em 1969. O que teria ocorrido? É possível aventar algumas hipóteses considerando as mudanças estabelecidas para a organização do ensino primário em âmbito estadual e outras decorrentes das transformações em curso na agricultura paulista, além do declínio econômico da Usina Tamoio.

As reformas no ensino primário protagonizada pela gestão de Ulhôa Cintra como Secretário da Educação e José Mário Pires Azanha como diretor geral do Departamento de Educação (1967-1970) instituiu medidas inovadoras relacionadas à reformulação dos currículos e programas adotando a noção de escola básica compreendida como um currículo básico, comum e sintético colocando por terra as instituições auxiliares da escola que estiveram tão em voga desde a década de 1930. (SOUZA, 2009). Essa tendência foi fortemente corroborada no contexto da implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei 5.692/1971) no transcorrer da década de 1970.

Por outro lado, a intensa mecanização e modernização da agricultura e a urbanização do estado de São Paulo arrefeceu ainda mais os ideias da ruralização do ensino que fora o esteio de justificação das iniciativas de criação dos Clubes Agrícolas alicerçadas em representações sobre a fixação do homem no campo.

No âmbito do Grupo Escolar Rural, outras mudanças impactaram profundamente o cotidiano dessa escola na década de 1970. Em 1969, a Usina Tamoio que pertencera à família Morganti desde 1917, foi vendida para o Grupo Silva Gordo que passou a investir na mecanização da agricultura e em novos padrões de organização do trabalho priorizando a contratação de técnicos especializados – agrônomos – e dispensando inúmeros trabalhadores. (CAIRES, 1993). Os que permaneceram na Usina passaram a receber como

assalariados agrícolas em detrimento do colonato existente anteriormente. A redução do número de trabalhadores repercutiu diretamente no funcionamento do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”. Enquanto em 1970 havia 171 alunos matriculados, em 1975, esse número diminuiu para 70 alunos, passando para 37 em 1980, e, apenas 11 alunos em 1987. (TEIXEIRA, 2010). Nesse contexto de crise da Usina e da evasão de alunos da escola, tornou-se insustentável a manutenção do clube agrícola e, conseqüentemente, das atividades agrícolas desempenhadas pelos alunos.

O reduzido número de alunos culminou na transformação do estabelecimento de ensino de grupo escolar para Escola Isolada da Fazenda Bela Vista, desativada pela Delegacia Regional de Ensino de Araraquara, em 1988, permanecendo fechada no ano seguinte quando as terras da seção Bela Vista foram desapropriadas para fins de reforma agrária¹¹ e ocupadas pelos trabalhadores rurais sem terra de várias partes do estado de São Paulo. Em 1990, por reivindicação da população do Assentamento Bela Vista, a escola foi reativada recebendo a denominação de Escola Estadual de Primeiro Grau Rural da Fazenda Bela Vista funcionando no mesmo prédio do antigo Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti. Posteriormente, com a municipalização em 2002, esse estabelecimento de ensino passou a se denominar Escola Municipal de Ensino Fundamental “Hermínio Pagóto” adotando o Programa Escola do Campo, configuração mantida até a atualidade. (TEIXEIRA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da trajetória do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti” fundado no Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, localizado na Fazenda Bela Vista, município de Araraquara, referente ao período de 1953 a 1969, põe em relevo o alcance e as limitações do ruralismo o estado de São Paulo. Como outras associações congêneres existentes nessa unidade da federação e do país, o clube agrícola aqui analisado, buscou cultivar nos seus sócios, alunos do grupo escolar, uma mentalidade ruralista desenvolvendo práticas de formação e trabalho agrícola em conformidade com o ideal de fixação do homem no campo.

No que diz respeito às normatizações, os clubes ficaram a cargo do Ministério da Agricultura, mas também foram alvo de controle da Secretaria de Estado da Educação por meio da atuação sistemática dos inspetores escolares que consideravam tais associações Atividades Auxiliares da Escola. Essa subordinação administrativa dual tornou complexa a ação dos clubes agrícolas.

No que diz respeito às práticas educativas, pudemos constatar que o Clube Agrícola analisado desempenhou papel fundamental na concretização da educação rural preconizada pela escola. Constituíam-se sócios desse clube, todos os alunos do 2º, 3º e 4º ano do grupo escolar de ambos os sexos. Por meio do clube, os sócios tinham aulas práticas e teóricas de agricultura e desenvolviam inúmeras atividades formativas pertinentes à lida com a terra;

desde a preparação do terreno, a semeadura, o cuidado com a plantação, a colheita e a comercialização.

Funcionando como dispositivo de disseminação do ruralismo e do nacionalismo, como bem observa Barbosa (2017), os clubes agrícolas buscaram cumprir finalidades que extrapolavam o âmbito de atuação da escola, dado que a permanência dos trabalhadores na zona rural têm a ver com as condições de vida e trabalho no campo, com a posse da terra, com o desenvolvimento do campo e com políticas sociais voltadas para a cidadania dos trabalhadores e não apenas privilegiando os interesses dos proprietários rurais.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, D. D. F. **Uma semente para o futuro (manuscrito)**: os clubes agrícolas escolares e a formação de mentalidade ruralista (Goiás, 1930-1960). 2017. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/pSVASP>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- BASSO, J. D. **O ruralismo pedagógico no estado de São Paulo de 1930 e 1940**: as escolas normais, os cursos de especialização, as escolas técnicas e os clubes agrícolas. 2018. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/QeEOJS>. Acesso em: 4 jul. 2020
- BRASIL. Decreto nº 35.081, de 19 de fevereiro de 1954. Aprova o Regimento do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de fev. de 1954. p. 2783. Disponível em: <https://bityli.com/toODOW>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 97.660, de abril de 1989. Declara Interesse social, para fins de reforma agrária o imóvel rural denominado Fazenda Bela Vista do Chibarro, classificado como latifúndio por exploração, situado no município de Araraquara no Estado de São Paulo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de abril de 1989. p. 5679. Disponível em: <https://bityli.com/YWyzHw>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- BRASIL. Lei de nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e de outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de agosto de 1971. p. 6377. Disponível em: <https://bityli.com/ROoVqR>. Acesso em: 4 fev. 2020.
- CAIRES, A. C. R. **Nem tudo era doce no império do açúcar**: vida trabalho e lutas na usina Tamoio (1917 – 1969). 1993. 402 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1993.
- CAIRES, A. C. R. O assentamento Belo Vista do Chibarro em tempos anteriores: vida e trabalho na Usina Tamoio. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 16, p. 95-130, 2011. Disponível em: <https://bityli.com/dwviNF>. Acesso em: 27 set. 2020.
- CHARTIER, R. **A História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1985.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Circular N° 7/59 do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1959a.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Documentos de Fornecimento de Mudas P.D. V N° 7.659 do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1961a.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Estatuto dos Clubes Agrícolas no Estado de São Paulo: Clube Agrícola Comendador Hélio Morganti**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1958a.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Lista de Presença dos Alunos Sócios de Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1954a.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Lista de Presença dos Alunos Sócios da Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1955a.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Lista de Presença dos Alunos Sócios de Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1956a.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Lista de Presença dos Alunos Sócios de Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1957a.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Lista de Presença dos Alunos Sócios de Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1958b.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Lista de Presença dos Alunos Sócios de Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti, 1960a.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Lista de Presença dos Alunos Sócios de Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1961b.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Lista de Presença dos Alunos Sócios de Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1962.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Lista de Presença dos Alunos Sócios de Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1963.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Lista de Presença dos Alunos Sócios de Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1966.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Lista de Presença dos Alunos Sócios de Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1968.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Lista de Presença dos Alunos Sócios de Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1969.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Livro Ata da Reunião do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1955b.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Livro Ata da Reunião do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1956b.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Livro Ata de Eleição da Diretoria do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1954b.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Livro do Caixa Agrícola do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1955c.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Livro do Caixa Agrícola do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1956c.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Livro do Caixa Agrícola do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1957b.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Livro do Caixa Agrícola do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1958c.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Livro do Caixa Agrícola do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1959b.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Livro do Caixa Agrícola do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1960b.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Livro do Caixa Agrícola do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1961c.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Ofício de Nº 2/60 - Solicita o Registro do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1960c.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Ofício de Nº 25/60 – Solicitação de Materiais Para o Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1960d.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Ofício Nº CC 44 do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1961d.

CLUBE AGRÍCOLA COMENDADOR HÉLIO MORGANTI. **Questionário Antropológico do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”**. Araraquara: Arquivo do Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti”, 1960e.

ECAR, A. L. **Debates sobre o ensino rural no Brasil e a prática pedagógica de Noêmia Saraiva de Matos Cruz no Grupo Escolar Rural de Butantan (1932-1943)**. 2017. 295 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/XwAZrb>. Acesso em: 10 maio 2020.

FLEURY, R. S. **Educação rural**. São Paulo: Melhoramentos, 1936.

LEITE, K. C. E. **Memórias de professores de escolas rurais: (Rio Claro-SP, 1950 - 1992)**. 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/cFOQWf>. Acesso em: 10 set. 2020.

LIMA, J. P.; BUHR, C.; LAVOR, G. **Clubes agrícolas**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1958.

MARIN, J. O. B. Crédito juvenil: a construção social da juventude rural moderna. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 4, n. 2, p. 22-36, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/EswQYv>. Acesso em: 29 set. 2020.

MENDONÇA, S. R. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960). **Revista Estudos Sociedades e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 88-113, 2006.

Disponível em: <https://bityli.com/RmKBhV>. Acesso em: 1 out. 2020.

MORAES, A. I. D. **A circulação das ideias do movimento pela ruralização do ensino no Brasil (1930-1950)**. 2019. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/WMmewe>. Acesso em: 10 set. 2020.

MORAES, A. I. D. **Ensino primário tipicamente rural no estado de São Pulo: um estudo sobre as granjas escolares, os grupos escolares rurais e as escolas típicas rurais (1933-1968)**. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: <https://bityli.com/TuYori>. Acesso em: 1 maio 2020.

NICOLAU, N. S. **Clubes agrícolas: um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1942-1958)**. 2016, 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://bityli.com/cjbyTO>. Acesso em: 12 maio 2020.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Senado Federal, 2008.

RIOS, F. **Relatório da Delegacia Regional do Ensino de Itapetininga**. Diretoria de ensino do Estado de São Paulo. São Paulo, 1936. Disponível em: <https://bityli.com/fexQrB>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933**. Instala uma Escola Normal, em Piracicaba e dá outras providências. 1933. Disponível em: <https://bityli.com/wpFICB>. Acesso em: 5 mar. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Lei n. 6.114, de Junho de 1961**. Aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado. 1961. Disponível em: <https://bityli.com/kBovzDW>. Acesso em: 2 mar. 2020

SÃO PAULO (Estado). **Decreto-Lei n. 12.821, de 28 de julho de 1942**. Dá o nome de — Comendador Pedro Morganti ao Grupo Escolar da Fazenda Bela Vista Araraquara. 1942. Disponível em: <https://bityli.com/jBRjIY>. Acesso em: 5 mar. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto-Lei. n. 16.088, de 14 de setembro de 1946**. Aprova o Acordo Sobre Educação Rural. 1946. Disponível em: <https://bityli.com/PXuyqDT>. Acesso em: 2 mar. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947**. Aprova a Consolidação Mandada elaborar pelo Decreto n. 17.211, de 13 de maio de 1947. Disponível em: <https://bityli.com/WINIOB>. Acesso em: 6 mar. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 18.458, de janeiro de 1949.** Aprova Regimento do Departamento de Produção Vegetal. 1949. Disponível em: <https://bityli.com/EIJgGJ>. Acesso em: 7 mar. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 33.292 de 31 de julho de 1958.** Dispõe sobre a reorganização do Serviço de Assistência à Família Rural, criado pelo Decreto n 24.883, de 22-8-1955. 1958. Disponível em: <https://bityli.com/WjRQmo>. Acesso em: 2 mar. 2020.

SILVA, H. R. de. A história como “a representação do passado”. A nova abordagem historiográfica francesa. In: CARDOSO, C. F.; MALERA, J. (org.). Representações. **Contribuição a um debate transdisciplinar.** Campinas: Papyrus, 2000.

SOUZA, R. F.; MORAES, A. I. D. O ensino típico rural: contribuições para a historiografia da educação rural. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, Cuiabá, v. 15, p. 277-305, 2015. Disponível em: <https://bityli.com/LZOSjZ>. Acesso em: 15 set. 2020.

SOUZA, R. F. **Alicerces da Pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890- 1976).** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

TEIXEIRA, R. A. **Escolas Do Campo De Araraquara (2001/2012): História, Memórias E Experiência Percebida.** 2019. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/wecsPW>. Acesso em: 19 abr. 2020.

TEIXEIRA, R. A. **Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola primaria do meio rural (1942-1988).** 2010. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010. Disponível em: <https://bityli.com/QvsOkl>. Acesso em: 15 maio 2020.

VIÑAO, A. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios.** Madrid: Morata, 2002.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora titular em História da Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara. Contato: rosa.souza@unesp.br

** Graduação em pedagogia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara. Contato: tarcisio.silva@unesp.br

COMO CITAR ABNT:

CHALOPA, R. F. de S.; SILVA, T. dos S. da. Um Clube Agrícola no Grupo Escolar Rural: práticas de “formação da mentalidade ruralista” na escola primária (São Paulo, 1953 – 1969). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-24, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8663949. Disponível em: <https://bityli.com/mMoeEKC>. Acesso em: 12 ago. 2022.

Notas

- ¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP, processo nº 2019/13795-8.
- ² Como assinala Nicolau (2016), essa Comissão passou a difundir as Semanas Ruralistas e os CTs (Centros de Treinamento). Ela também atuou na promoção da educação de adultos e dos Clubes Agrícolas visando a desenvolver a modernização da agricultura e o incentivo à tecnização da produção.
- ³ Os 4 - H Clubs (Head – cabeça; Heart – coração; Health – saúde; Hands – mãos). Segundo afirma Marin (2017), no início da década de 1960, mais de 70 países haviam instituído os clubes juvenis rurais aos moldes dos Clubes 4H, criados nos Estados Unidos. Tal expansão é um indicativo dos investimentos econômicos e sociais para internacionalizar os modelos de organização social da juventude rural.
- ⁴ O ensino típico rural consistia numa modalidade de ensino primário especializado para a zona rural considerando as instalações da escola com área adequada para atividades agrícolas e pastoris e programa de ensino com conteúdos voltados para a formação do trabalhador rural. Ver, Souza; Moraes, 2015.
- ⁵ Documentos Nº CC 44 e P.D.U.V. 7.659 do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”, 1961. Documento pertencente ao Departamento da Produção Vegetal da Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, localizada na Rua 15 de Novembro nº 244 e assinado pelo Engenheiro Agrônomo: Boris Buchner, chefe da Produção e Distribuição de Mudas-substituto.
- ⁶ A Federação dos Clubes Agrícolas no Estado de São Paulo foi instalada na Rua Barão de Itapetininga, nº 224, 8ª andar, na cidade de São Paulo. Neste relatório, utilizaremos a sigla FCASP para referenciar essa Federação.
- ⁷ Na sequência deste texto, utilizaremos a sigla GERCPM para referirmos ao Grupo Escolar Rural “Comendador Pedro Morganti” e referenciar o arquivo permanente dessa instituição.
- ⁸ Relatórios dos Delegados de Ensino do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”, 1957 - 1959. No acervo geral do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti encontra-se no total de 49 relatórios que foram enviados a delegacia Regional de Ensino de Araraquara. Esses relatórios eram preenchidos mensalmente e consistiam em um formulário de 2 páginas com itens relacionados às condições de funcionamento da escola e à existência de atividades auxiliares. Itens do relatório: 1) Prédio e classes; 2) Classificação dos alunos; 3) Biblioteca; 4) Nome do jornal; 5) Orfeão Escolar; 6) Cinema Educativo; 7) Sopa escolar, Copo de leite, merenda, etc; 8) Assistência médica; 9) Gabinete dentário; 10) Escotismo – cooperativa, Horta, Museus, Associação de Pais e Mestres; 11) Reunião Pedagógica; 12) Assistência Técnica ao diretor; 13) Iniciativas, comemorações, diversas; 14) Inspeção; 15) Faltas e licenças do diretor.
- ⁹ Não foi possível identificar nas fontes em que consistia esse projeto de Ruralização Concreta.
- ¹⁰ Caixa Agrícola do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”, 1955. Localizamos todas as informações no Livro do Caixa Agrícola do Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”, cujos registros referem-se ao período de 1955 a 1961. Este documento faz parte do acervo permanente do GERCPM.
- ¹¹ Decreto da Presidência da República nº 97.660 de 13 de abril de 1989.